



Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social

Familism, rights and citizenship: contradictions in social policy

Claudio HORST¹



RESENHA/ BOOK REVIEW

MIOTO, R. C.; CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M. (Orgs.). **Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015. 248 p.

¹ Professor Substituto no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES, Vitória, Brasil). Av. Fernando Ferrari, nº 514, Goiabeiras, Vitória (ES), CEP. 29075-910. E-mail: <claudiovasques1@hotmail.com>.

A atuação profissional do serviço social junto às famílias é algo que se faz presente desde a gênese da profissão no Brasil. Porém, a sistematização do trabalho, bem como uma produção teórica condizente com o longo processo histórico de atuação junto às famílias ainda é algo que precisa avançar no interior da profissão. Foi no processo de renovação, em meados da década de 1970, que o serviço social buscou romper com o passado profissional de responsabilização dos sujeitos pelas determinações impostas pelo sistema capitalista.

É a partir desse cenário que o livro *Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social* organizado por três Assistentes Sociais (Regina Célia Tamaso Mioto, Marta Silva Campos e Cássia Maria Carloto) busca contribuir para uma reflexão teórica/prática que qualifique a atuação profissional e possibilite uma intervenção competente e comprometida com as famílias da classe trabalhadora, fortalecendo e possibilitando o acesso às políticas e serviços.

O livro é uma coletânea composta por sete artigos, resultado de trabalhos realizados no interior de núcleos de pesquisa de diversas universidades brasileiras. O objetivo da obra é problematizar a relação histórica entre famílias e políticas sociais, apontando elementos que possibilitem repensar o trabalho social com as famílias nas políticas sociais no cenário brasileiro.

Prefaciado pela professora Potyara Amazoneida Pereira, que não hesitou em ressaltar que a importância dessa discussão também se dá pela necessária compreensão de que "[...] ironicamente, a família vem sendo convocada para ajudar a amortecer os efeitos deletérios produzidos por determinações estruturais e políticas, que têm como prioridade o aumento da competitividade capitalista em escala planetária".

No primeiro capítulo da coletânea, Marta Silva Campo, no artigo intitulado *O casamento da política social com a família: feliz ou infeliz?* faz uma alusão aos dois momentos históricos de combinação entre famílias e a política social. Ao recorrer à implementação das primeiras estruturas de bem-estar-social a autora chega até o presente demonstrando que a atual posição da família na política social vincula-se ao processo histórico e contraditório dessa sociedade de tentar promover direitos de cidadania com a ajuda das famílias. Se num primeiro casamento a proteção às famílias foi institucionalizada por meio do seguro social, destinado apenas aos trabalhadores titulares de contrato de trabalho formal, o segundo casamento é caracterizado pela expansão dos programas de transferência de renda às famílias em situação de pobreza e miséria. Uma das conclusões do texto aponta que é no jogo entre responsabilização estatal e familiar, que as mulheres/mães, são sobrecarregadas devido ao trabalho domiciliar não pago junto às piores posições no mercado de trabalho.

No artigo seguinte, *Políticas sociais, família e proteção social: um estudo acerca das políticas familiares em diferentes cidades/países* Marlene Bueno Zola problematiza as inter-relações e tensões existentes entre família e Estado no desempenho da proteção social. Tal reflexão é resultado de pesquisa realizada entre cidades/países europeus e latino-americanos onde foram analisadas as políticas sociais voltadas para apoio às famílias. Ao longo do texto a autora aponta elementos interessantes ao comparar as

políticas, que apesar das diversidades de contextos, apresentam tendências e possibilidades das ações públicas em articulação com a família principalmente a partir de três nortes comuns: "[...] apoio para os cuidados de seus membros; o combate à pobreza; e a conciliação de trabalho e família". Em umas das conclusões a autora aponta que as políticas sociais reforçam a concepção tradicional de família, responsabilizam as mulheres e, apesar de serem voltadas para reduzir a pobreza prioritariamente em famílias com crianças e adolescentes "[...] são insuficientes e incapazes de intervir nas disparidades das relações de gênero [...]", principalmente se nos alertarmos para o processo histórico latino americano.

Programas de transferência condicionadas, família e gênero: aproximações a alguns dilemas e desencontros de Mônica de Martino é o terceiro artigo da obra e apresenta resultados de uma pesquisa realizada em torno dos programas de transferências condicionadas de renda (PTCR) na América Latina. A autora foca a análise em duas dimensões: nas relações materiais e simbólicas com a família e nas construções de gênero que esses programas apresentam para além do discurso. Com essa nova geração de políticas sociais voltadas para quebrar o ciclo da pobreza, por meio dos PTCR, a autora demonstra que as famílias são reconhecidas como o espaço privilegiado para essa mudança. Porém, na contramão do discurso hegemônico, a autora demonstra que nesse novo modo de política social é impossível a materialização das relações mais igualitárias e o reconhecimento da diversidade familiar.

No texto seguinte *Mudanças nas famílias brasileiras e a proteção desenhada nas políticas sociais* de Carmen Rosário Ortiz Gutierrez Gelinski e Liliane Moser as autoras apresentam uma importante reflexão sobre o cenário atual das transformações familiares e o desconhecimento por parte das políticas em relação a essas transformações, e logo, o não entendimento dos limites que esses modelos familiares apresentam para o exercício das ações de proteção social. Ao debaterem a percepção de família a partir das políticas públicas e, também, o perfil das famílias brasileiras a partir dos últimos levantamentos demográficos, as autoras demonstram que apesar das políticas estarem focalizadas nas famílias, estas desconhecem as tendências populacionais. Isso, destaca as autoras, nos obriga enquanto profissionais a uma atenção maior em relação às condições que as famílias atendidas terão para assumir os encargos que lhe são propostos. Pois as transformações pelas quais as famílias vêm passando impedem as mesmas de exercerem as funções protetivas para as quais são convocadas, cenário que tende a se agravar visto que não há indícios de que "[...] estejam sendo construídos sistemas sólidos de proteção para as gerações futuras".

Intitulado, *Serviços sociais e responsabilização da família: contradições da política social brasileira* de Regina Célia Tamasso Miotto e Keli Regina Dal Prá, as autoras do quinto artigo da obra apresentam uma importante contribuição acerca dos processos de responsabilização das famílias nas políticas sociais. Divididos entre duas possibilidades opostas, as famílias ou são convocadas como principal instância pela provisão de bem-estar social, regimes chamados de *familistas*, ou, numa experiência social democrata, há uma oferta de serviços públicos de caráter universal que amenizam os custos enfrentados pelas famílias. O processo de responsabilização das

famílias é analisado a partir do ângulo dos serviços sociais ofertados e neste artigo o foco se deu sobre os programas do governo federal: Brasil Carinhoso e Melhor em Casa. Na conclusão das autoras, analisando a intensificação da responsabilidade familiar por meios dos serviços sociais, foi possível perceber a contra face da privatização da seguridade social brasileira.

No penúltimo artigo da coletânea, Cássia Maria Carloto nos brinda com o texto intitulado *Programa Bolsa Família, cuidados e o uso do tempo das mulheres* cujo foco se concentra na instrumentalização das mulheres, cujo trabalho desenvolvido na esfera domiciliar e dos cuidados tem servido de pilar para os sistemas de proteção social. A autora demonstra que o trabalho não pago das mulheres tem sido o norte para o bom desempenho dos programas, como por exemplo, o programa bolsa família. Junto à defesa da família patriarcal há a compreensão naturalizada da divisão sexual do trabalho, em que as mulheres-mães-pobres aparecem como funcionais para a política social. Ao concluir, aponta duas questões principais: a primeira diz respeito ao fato de que programas que pretendem combater a pobreza não podem ignorar as desigualdades de gênero; e em segundo ressalta que a titularidade do cartão e a responsabilidade de administrar as condicionalidades, como papel da mulher, reforça os papéis tradicionais na esfera doméstico-familiar.

Por fim, o artigo intitulado *Política Social contemporânea: a família como referência para as Políticas Sociais e para o trabalho social* de Solange Maria Teixeira retrata o que a autora chama de 'ré-emergência' da família nas políticas sociais. Ao demonstrar os aspectos desse movimento de centralidade das famílias a autora aponta que tanto as propostas neoliberais como dos movimentos sociais – principalmente os movimentos de desinstitucionalização de crianças, idosos e portadores de doenças mentais – valorizam e ressaltam a família como a instituição primordial responsável pela proteção. Nesse sentido, incluir as famílias nas políticas exige demandas por trabalho social com famílias. É nessa direção que o texto questiona como tem ocorrido esse trabalho com as famílias. Na lógica posta, a autora conclui chamando a atenção de que as políticas *familistas* reforçam um trabalho social com famílias em uma perspectiva normatizadora e disciplinadora, "[...] sobre papéis sociais hegemônicos e os comportamentos esperados, o que inibe a dimensão emancipatória que poderia ter ou proporcionar".

A leitura dessa obra possibilita aos profissionais identificar elementos para repensar as especificidades da atuação profissional nas políticas sociais, especialmente da relação com o serviço social na sua dimensão interventiva, ou seja, junto ao trabalho social com famílias.

Nesse sentido se torna necessário aprofundar tais questões para que possamos abrir um diálogo, reafirmar as defesas e garantir a requalificação da atuação profissional junto às políticas e seus usuários, isto é, as famílias. Visando “[...] construir um campo estruturado de conhecimento, que permita sustentar o exercício profissional dos assistentes sociais com famílias numa lógica protetiva e que, de fato, possa materializar o projeto ético político do Serviço Social” (MIOTO, 2010, p. 175).

Referências

MIOTO, R. C. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 12, n. 2, p. 163-176, jan./jun. 2010.

MIOTO, R. C.; CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M. (Orgs.). **Familismo, direitos e cidadania**: contradições da política social. São Paulo: Cortez, 2015.

Cláudio HORST

Assistente Social. Mestre em Política Social pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES, Vitória, Brasil). Professor Substituto no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES, Vitória, Brasil).
